



Universidades Lusíada

Sousa, António Jorge Duarte Rebelo de, 1952-

Das limitações da aplicabilidade de um “export led growth model” a Portugal

<http://hdl.handle.net/11067/944>

Metadados

Data de Publicação	2013
Resumo	Procura-se explicar as diferentes tipologias de internacionalização, desde a "internacionalização suave" à "forte", bem como os diferentes instrumentos que poderão vir a ser utilizados, tendo em vista a internacionalização da Economia Portuguesa. Procurarei, ainda, explicar a importância da SOFID- Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento e apresentar algumas propostas alternativas, tendo em vista a implementação de um novo modelo de desenvolvimento para a Economia Portuguesa....
Palavras Chave	Empresas portuguesas, Empresas multinacionais - Portugal, Promoção do comércio externo - Portugal, Desenvolvimento económico - Portugal
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCEE] LEE, n. 17 (2013)

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-05-17T10:05:15Z com informação proveniente do Repositório

**DAS LIMITAÇÕES DA APLICABILIDADE DE UM “EXPORT
LED GROWTH MODEL” A PORTUGAL**

António Rebelo de Sousa

Resumo: Procura-se explicar as diferentes tipologias de internacionalização, desde a “internacionalização suave” à “forte”, bem como os diferentes instrumentos que poderão vir a ser utilizados, tendo em vista a internacionalização da Economia Portuguesa.

Procurarei, ainda, explicar a importância da SOFID- Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento e apresentar algumas propostas alternativas, tendo em vista a implementação de um novo modelo de desenvolvimento para a Economia Portuguesa.

Abstract: I intend to explain the different kinds of internationalization, from “soft” to “hard” internationalization, as well as the different instruments that can be considered to internationalize the Portuguese Economy.

I will explain the importance of SOFID-Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento and, at the same time, I will make some proposals considering an alternative policy, concerning a new development model for the Portuguese Economy.

1. Introdução

Num contexto de redução da procura interna, afigura-se natural que se tenda a reconduzir a viabilidade de redinamização da economia à implementação de um “export led growth model”, i.e., de um modelo de crescimento liderado pelas exportações.

Assim, procurar-se-ia compensar a quebra no consumo privado e nos gastos públicos, bem como a redução no investimento, com um acréscimo significativo das exportações, o que pressuporia uma evolução positiva ao nível das economias dos nossos principais parceiros comerciais.

Importa, agora, analisar em que medida faz sentido, nas presentes circunstâncias, apostar na inversão do ciclo da crise a partir de um “export led growth”, pressupondo a manutenção das políticas que têm vindo a ser prosseguidas na “área do euro”.

2. Enquadramento europeu

Aquando da reunião de 6 de Setembro de 2012, o Conselho do BCE – Banco central Europeu admitiu que a actividade económica na “área do euro” deveria crescer a um ritmo lento, tendo sido mantidas inalteradas as taxas de juro oficiais, em 0,75% no atinente à taxa aplicável às operações principais de refinanciamento e em 0,00 e 1,50, respectivamente, no que concerne às taxas correspondentes às facilidades permanentes de absorção e de cedência de liquidez¹.

No quadro da implementação das Transacções Monetárias Definitivas (TMD) nos mercados secundários das obrigações soberanas, o Conselho do BCE pretende que as mesmas venham a possibilitar dar resposta a distorções no funcionamento dos mercados obrigacionistas, na “área do euro”.

Considera-se que uma condição necessária para a concretização das ditas TMD consiste na existência de uma “rigorosa e efectiva condicionalidade”, articulada com um Programa adequado do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF) ou do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE).

¹ “Indicadores de Conjuntura” – Banco de Portugal, Setembro de 2012.

Por outro lado, o Conselho do BCE aprovou um conjunto de medidas destinado a assegurar a disponibilidade de activos de garantia nas operações de refinanciamento do Eurosistema, tendo decidido suspender o limite mínimo da notação de crédito nos instrumentos de dívida transacionáveis emitidos ou garantidos pela Administração Central.

As taxas Euribor mantiveram uma tendência baixista, tendo atingido, em 17 de Setembro pp, 0,12% a prazo de um mês, 0,25% a prazo de 3 meses, 0,48% a prazo de 6 meses e 0,74% a prazo de 12 meses.

Entre finais de Julho e meados de Setembro p.p., o euro apreciou-se face ao iene (6,9%) e ao US dólar (6,5%), bem como em relação à libra esterlina (2,9%) e ao Franco Suíço (1,2%).

Paralelamente, a taxa de variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) da “área do euro” subiu 0,2 pp em Agosto passado, atingindo os 2,6%.

O preço do petróleo manteve a tendência altista, tendo atingido, em 17 de Setembro, os 117,3 US dólares por barril, constatando-se, por conseguinte, um acréscimo de 11 US Dls.

Quanto ao PIB – Produto Interno Bruto na “área do euro”, importa salientar que o mesmo sofreu uma contracção de 0,2% no 2º trimestre de 2012, registando-se, simultaneamente, uma variação negativa no investimento (da ordem dos 0,8%, contra uma redução de 1,3% no primeiro trimestre).

No que se refere às projecções macroeconómicas do BCE, importa realçar que o PIB, em termos reais, da “área do euro” deverá sofrer uma contracção entre 0,2% e 0,6%, no ano corrente, admitindo-se que a taxa de crescimento do PIB agregado possa situar-se entre os -0,4 e os 1,4%, em 2013 (valor médio de 0,5%, o que, em qualquer caso, corresponderia a um cenário de estagnação).

A inflação deverá, ainda segundo o BCE, situar-se entre os 2,4 e os 2,6%, em 2012, podendo atingir um valor compreendido entre os 1,3 e os 2,3%, em 2013, no pressuposto da ausência de efeitos “spillover” advenientes da adopção de novos estímulos monetários significativos à economia europeia.

3. Da conjuntura económica nacional.

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais², o PIB registou um decréscimo de 3,3%, no decurso do segundo trimestre de 2012, para tal contribuindo, em larga medida, a contracção da procura interna, em cerca de 7,9%.

Em boa verdade e no que concerne à evolução do consumo privado, o índice de volume de negócios no comércio a retalho registou, uma vez mais, uma acentuada redução (de 5,9%, em termo reais, no 2º trimestre de 2012), realçando-se, nomeadamente, o caso particular das vendas de veículos ligeiros

² “Indicadores de Conjuntura” – Ob. Cit., pág. 5.

de passageiros (com uma quebra de 35,5%).

No atinente aos preços no consumidor, os mesmos experimentaram, em Agosto p.p, uma variação homóloga de 3,2%, atingindo a taxa de variação média anual os 3,3%.

E, segundo a síntese da Execução Orçamental, da responsabilidade da Direcção-Geral do Orçamento de Agosto de 2012³, a receita fiscal do Estado continuou a apresentar uma evolução negativa, tendo a mesma diminuído 3,5%, nos primeiros sete meses do corrente ano.

Note-se que este comportamento resultou de quedas registadas ao nível da receita proveniente da tributação directa (-1,6%) e da tributação indirecta (-4,7%).

A evolução da cobrança na tributação directa resultou, por sua vez, de comportamentos diferenciados ao nível do IRS e do IRC, sendo de assinalar que o incremento de 5,9% registado na colecta de IRS, face ao mesmo período de 2011, resultou, em larga medida, da redução dos reembolsos⁴.

Quanto à colecta de IRC, experimentou a mesma uma contracção de 15,6%.

Já no que se relaciona com a tributação indirecta, a receita com o IVA, até Julho p.p., conheceu uma redução de 1,1%, em termos homólogos, enquanto que as receitas com o ISP e com o ISV sofreram diminuições da ordem dos 7,9 e dos 45,1%, respectivamente, sendo, ainda, de realçar que a receita com o imposto sobre o tabaco sofreu uma contracção de cerca de 12,7%.

Se é verdade que a despesa corrente primária do Estado diminuiu em 1,6% (até Julho pp e em termos homólogos), importa sublinhar que tal se ficou a dever, fundamentalmente, à evolução da despesa com remunerações certas e permanentes (suspensão do subsídio de férias dos trabalhadores das administrações públicas), a qual sofreu uma contracção da ordem dos 16,3%.

A redução da despesa corrente primária não resultou de uma diminuição do que se convencionou designar de “consumos intermédios”, sendo legítimo perguntar o que é que teria sucedido se, porventura, não se tivesse procedido à suspensão do sobredito subsídio.

Por outro lado, ainda, se é verdade que o défice do Estado se cifrou, até Julho, em €3980 milhões e que o défice ocorrido em período homólogo do ano anterior foi de €6563 milhões, também não é menos verdade que a redução constatada não é alheia à transferência do remanescente dos activos afectos a fundos de pensões do sector bancário.

Já no respeitante ao regime Geral da Segurança Social, as receitas com as contribuições sofreram uma diminuição de 4,4%, até Julho pp, salientando-se, ainda, por outro lado, que os montantes despendidos com os subsídios de desemprego (e de apoio ao emprego) conheceram um incremento de 22,6%.

A despesa com as pensões e os abonos da responsabilidade da Caixa Geral de Aposentações diminuiu, em Julho pp e em termos homólogos, 7,4%, tendo

³ “Indicadores de Conjuntura” – Ob. Cit., pág. 6.

⁴ A receita de IRS corrigida deste efeito teria conhecido, na prática, uma estagnação, pelo que já se estaria na viragem para o ramo descendente da curva de “Laffer”.

esta evolução resultado da suspensão do pagamento de subsídios de férias a um conjunto significativo de pensionistas deste sistema.

No concernente à conjuntura monetária e financeira recente, convirá realçar que a taxa de variação do crédito total ao sector privado não financeiro residente concedido por entidades residentes foi de -1,5%, sendo de referir, ainda, que a evolução do crédito total a particulares decorreu, por um lado, da diminuição da taxa de variação anual do crédito para a aquisição de habitação (-3,1%) e, por outro lado, da taxa de variação anual do crédito para consumo e outros (-5%).

Concomitantemente, a taxa de variação anual dos empréstimos concedidos ao sector não monetário residente⁵ por bancos residentes foi da ordem dos -4,2%.

Do lado das operações passivas, os depósitos bancários do sector privado não monetário em bancos residentes registaram uma expansão, em termos homólogos e para o mês de Julho, de 0,6%, enquanto que a taxa de variação de depósitos dos particulares em bancos residentes foi de 4,4%.

Se é verdade que a conjuntura se apresenta, também, contraccionista na área monetária e financeira, convirá analisar a evolução das taxas de juros médias sobre saldos de operações activas e passivas, uma vez que a manutenção de taxas activas elevadas se apresenta dificilmente conciliável com o propósito de inversão do ciclo da crise.

Ora, a taxa de juro sobre o saldo dos empréstimos a sociedades não financeiras fixou-se em 4,81%, enquanto que a taxa de juro sobre os empréstimos para a aquisição de habitação atingiu os 2,06% e a taxa de juro sobre os empréstimos a particulares para consumo rendeu os 8,4%.

As taxas activas praticadas – que resultam dos problemas de liquidez e, portanto, de capacidade de refinanciamento da Banca – não ajudam à criação de condições propiciadoras da redinamização da economia portuguesa.

E a própria taxa de rendibilidade das obrigações do tesouro, ao atingirem os 9,42%, para maturidades de 10 anos, não é de molde a considerar-se que existe uma recuperação consolidada da credibilidade da gestão das nossas Finanças Públicas.

Resta, agora, analisar a evolução das nossas contas externas, a fim de se ter uma percepção realista da possibilidade de se inverter o ciclo da crise a partir de um modelo convencional de crescimento liderado pelas exportações.

4. Das Contas Externas.

As exportações portuguesas de bens e serviços registaram um crescimento nominal de 13%, em 2011, sendo de salientar que a componente de bens registou um acréscimo de 15%, enquanto que a componente de serviços sofreu um incremento de 9%.

⁵ Com exclusão das administrações públicas.

Em termos reais, as exportações sofreram um incremento de 7,6%, representando 34,9% do PIB, de acordo com uma análise a preços constantes.

Em Julho de 2012, as exportações tinham aumentado 6,8%, em termos homólogos, e as importações tinham diminuído 6,2% (em termos nominais). Desde o início do corrente ano, as exportações aumentaram 8,9% e as importações sofreram uma redução de 5,6%, sendo, ainda, de referir que o défice conjunto da Balança Corrente e de Capital sofreu uma contracção de € 7.344,9 milhões, comparativamente com igual período anterior.

A atenuação do desequilíbrio externo apresenta-se positiva, mas o incremento das exportações tem-se apresentado insuficiente para compensar a tendência contracccionista existente ao nível da actividade económica interna.

Passando a uma análise mais detalhada, importa referir que, no sector de serviços, as categorias viagens, turismo e transportes representaram, no seu conjunto, cerca de 70% das exportações, em 2011.

No que se refere às exportações portuguesas de bens para países comunitários, as mesmas sofreram um incremento de 13,9%, enquanto que as extra-comunitárias aumentaram em 19,5%, tendo este mercado extra-EU absorvido 25,9 a 27% das exportações portuguesas de bens⁶.

Saliente-se que, apesar do aumento do peso relativo das exportações portuguesas para os mercados extra-UE, a UE representava, em 2011, 73 a 74,1% das nossas exportações totais.

Tal não significa que a língua portuguesa não constitua um importante activo, contribuindo para facilitar a internacionalização da economia portuguesa, mas permite, em qualquer caso, explicar a nossa grande dependência do mercado europeu, bem como a indispensabilidade de ligar o nosso modelo de crescimento à disputa de mercados exigentes em termos de grau de sofisticação do perfil da procura.

As exportações portuguesas têm vindo a aumentar, em percentagem do próprio PIB, sendo certo que, no decurso dos últimos anos, temos estado a meio caminho face à média dos países europeus de pequena e média dimensão.

O objectivo de se aumentar a quota das exportações para 45% do PIB até 2020, permitiria a obtenção de um aumento suplementar da taxa de crescimento do PIB.

O contributo das exportações para o crescimento do PIB português, em 2011, foi de 2,4%⁷, o que, todavia, se apresentará insuficiente para compensar o decréscimo do consumo e do investimento.

No que concerne aos principais sectores exportadores, e em termos de dinâmica de crescimento, convirá realçar os dos materiais de transporte (com uma expansão de 23,5%), produtos energéticos (acrécimo de 24,9%), químicos (expansão de 29,7%) e metais comuns (aumento de 17,4%), sendo certo que

6 Vide “Comércio Internacional Português – Agosto de 2012, Espírito Santo Research. Note-se que o mercado extra-EU havia absorvido 17,5% das exportações portuguesas em 2000.

7 “Comércio Internacional Português” – Agosto 2012, Espírito Santo Research.

os mesmos representam 49% do incremento das nossas exportações, no ano transacto.

A nossa Balança Tecnológica registou, a partir de 2007 e com excepção do ano de 2010, uma inversão de tendência, tendo o saldo ascendido a +76,2 milhões de euros, em 2011, graças, essencialmente, aos Serviços de Assistência Técnica, representativos de 46,8% das exportações tecnológicas portuguesas nesse mesmo ano.

Em termos de decomposição das exportações por grandes áreas, a UE continuava a representar mais de 73% das nossas exportações, sendo, ainda, de salientar que a “área do euro” representa mais de 60% das exportações portuguesas.

É verdade que entre os países que apresentaram uma maior dinâmica de crescimento, em termos das nossas exportações, estão a China, a Argélia e o Brasil; mas, não podemos esquecer que estes mercados estão nos 14º, 17º e 10º lugares, respectivamente, por ordem de importância nas nossas exportações totais.

Já a Espanha (com relevância para os “produtos energéticos” e “químicos”) – 24,9% das nossas exportações, em 2011 –, a Alemanha (com relevância para o “material de transporte”⁸ – 13,5% das exportações totais, em 2011 – e a França – 12,1% das exportações, em 2011 –, representaram 50,5% dos nossos fluxos de exportação, sublinhando-se, todavia, a existência de saldos negativos de Balança de Mercadorias para os casos da Espanha, Itália e Alemanha e de saldos positivos para a França e os EUA.

De acordo com uma segmentação sectorial e em termos de peso relativo nas exportações totais (análise sincrónica, referida a 2011), importa mencionar os sectores das máquinas e aparelhos (14,5%), dos materiais de transporte (13,1%), do vestuário, calçado e materiais têxteis (13,2%, apesar de se tratar de um sector tradicional considerado em fase de decadência) e de metais comuns (8,1%).

Estes quatro sectores representavam, por conseguinte, em finais de 2011, cerca de 48,9% das exportações totais.

Do que se disse resulta a constatação de uma grande dependência do mercado europeu, o qual não deverá conhecer uma expansão significativa no decurso de 2012 e de 2013, condicionando a implementação de um “export led growth model”.

5. Da internacionalização “soft” à internacionalização “hard”

Muitos autores quando falam no “export led growth model” pensam, estritamente, na aposta no incremento das exportações e, por conseguinte, numa internacionalização “soft”.

⁸ Convirá, no entanto, ter em linha de conta que as exportações de automóveis portugueses para a China foram efectivadas através da Alemanha.

Ora, a ideia de se apostar numa internacionalização “soft” para os Países em Vias de Desenvolvimento (PVD’s), para os “Intermediate Countries” (IC’s) e para o que se convencionou designar de Novas Economias Emergentes apresenta algumas limitações.

A principal tem que ver com o facto de muitas dessas economias, estando a atravessar uma fase do processo desenvolvimentista diferente das economias abertas do “centro desenvolvido”, terão a tentação de adoptar, a curto e médio prazos, políticas proteccionistas (no intuito de protegerem o novo empresariado emergente, com diversificação da oferta interna).

Daí que importe complementar a internacionalização “soft” com uma internacionalização “hard”, o que implica a aposta na concretização de IDPE – Investimento Directo Português no Estrangeiro.

Tal permitirá um melhor aproveitamento da capacidade produtiva instalada de alguns grupos empresariais (exportação de capacidade produtiva potencial), a exportação de alguma mão-de-obra desempregada ou subutilizada, o aproveitamento de “stocks” e a canalização de inputs nacionais para novos mercados e a implantação de marcas portuguesas em mercados em expansão.

Como permitirá a assunção de posições de relevo em sectores estratégicos para uma adequada inserção da economia portuguesa na economia internacional.

Do que se disse resulta que não basta criar instrumentos de apoio às exportações portuguesas, antes se tornando necessário pensar, também, na implementação de mecanismos de incentivo à internacionalização “hard” das empresas portuguesas.

6. Do papel da SOFID

A Sofid – Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento foi criada em finais de 2007, tendo, precisamente, como objectivo central o fomento da internacionalização “hard”.

Mais concretamente, a SOFID deve actuar de uma forma articulada com as grandes linhas orientadoras de uma estratégia de internacionalização que atenda às vantagens competitivas dinâmicas da economia portuguesa, bem como de uma política de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento que se pretenda consistente.

Para tal, a SOFID pode conceder empréstimos, garantir operações financiadas pela banca local ou mesmo participar no capital de empresas, sendo, ainda, de mencionar a sua associação a fundos europeus como o Fundo EU-África para as Infraestruturas regionais (ITF) e a Facilidade de Investimento para a Vizinhança (NIF).

A Sofid é, também, a entidade gestora do Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique (INVESTIMOZ), Fundo este destinado à realização de parcerias luso-moçambicanas, através, nomeadamente, do financiamento de

participações de capital de empresas portuguesas naquele País.

Os princípios em que assenta a acção interventora da SOFID são os da adicionalidade (i.e., só participa em projectos em que acrescenta algum valor), a consistência (que o mesmo é dizer que só aposta em projectos sólidos) e a eficiência (o que implica uma adequada gestão de recursos).

Por outro lado, a SOFID disponibiliza uma cobertura risco-país de 95% e está, simultaneamente, inserida na rede das EDFI's – European development Finance Institutions, a qual integra quinze bancos de desenvolvimento, dispondo de acesso fácil a bancos multilaterais.

De Maio de 2010 aos dias que vivemos, a Sofid aprovou mais de 20 projectos em países como Moçambique (com a maior parte dos projectos aprovados), Angola, África do Sul, Marrocos, México e Brasil.

E importará, ainda, sublinhar que os projectos de investimento em questão têm que ver com as mais diversas actividades produtivas, desde a agro-indústria aos serviços, sendo, ainda, certo que o objectivo de apoio à internacionalização da economia portuguesa deveria ser implementado de acordo com um modelo de desenvolvimento e uma política de cooperação integrada e integradora que apresente consistência interna.

7. De um modelo para a internacionalização da economia portuguesa

Não se apresenta possível definir um modelo de desenvolvimento (e de internacionalização) da economia portuguesa sem, previamente, se elaborar um Plano de Ordenamento do País, bem como Planos Consistentes de Desenvolvimento Regional, com base nas cinco Regiões Plano já existentes.

As Comissões Coordenadoras das diferentes Regiões-Plano deveriam, em associação com as associações de Municípios e de forma articulada com o Ministério da Economia, elaborar Planos de Desenvolvimento Regionais que possibilitassem a sintonização de sectores estratégicos, tendo em conta o que se convencionou designar de vantagens competitivas dinâmicas.

Uma vez determinados os sectores estratégicos, dever-se-ia proceder a uma negociação com a troika de sistemas de incentivos, quer em sede de IRC (e quiçá de TSU, a aplicar selectivamente), quer no que se refere à criação de Fundos para a Internacionalização da economia portuguesa.

O Governo já dispõe, no essencial, dos instrumentos necessários ao apoio à internacionalização da economia portuguesa, a saber, a C.G.D. e a Sofid.

A C.G.D. deveria servir para o apoio à internacionalização “soft” e para o apoio à internacionalização “hard” nos mercados desenvolvidos (designadamente, na UE e na América do Norte).

A SOFID deveria ser utilizada para o apoio á internacionalização “hard” nos PVD's e nas novas economias emergentes (incluindo os “Intermediate Countries”).

O diferencial entre os 12000 M de euros, destinados à recapitalização da Banca, e os montantes, efectivamente, utilizados para o efeito deveria ser canalizado para três fundos:

- um Fundo de Modernização e Reestruturação Empresarial, a ser gerido pela Caixa Geral de Depósitos - Banco de Investimento, em articulação com o IAPMEI;
- um Fundo de Internacionalização (I), também gerido pela Caixa Geral de Depósitos, orientado para os mercados Europeu e da América do Norte;
- um outro Fundo de Internacionalização (II), gerido pela Sofid, orientado para os PVD's e para as Novas Economias Emergentes.

Em sede de IRC e para os sectores tidos como estratégicos, haveria que considerar duas situações:

- a redução do IRC para 15% nas PME's e nas micro-empresas;
- a dedução à matéria colectável de uma percentagem significativa do investimento reprodutivo realizado (a designar de Investimento Relevante).

Não será, todavia, possível contribuir, de forma sustentada, para a internacionalização da economia portuguesa sem uma Reforma da Administração Pública e sem uma renegociação com a troika que permita reduzir o serviço da dívida pública.

Como não será possível consolidar as contas públicas sem uma renegociação das Parcerias Público-Privadas.

Mas, o essencial de uma nova política de internacionalização passa pela definição de um modelo de desenvolvimento da economia portuguesa, pela selecção de sectores estratégicos, pela negociação de incentivos ao fomento do investimento junto da troika, pela criação de Fundos para a Internacionalização e, finalmente, por uma melhor utilização dos instrumentos C.G.D. e Sofid.

Falta o Plano de Ordenamento do País.

Faltam os Planos de Desenvolvimento Regionais.

Falta a Selecção dos Sectores estratégicos.

Falta a capacidade de negociação de incentivos.

Falta o apoio aos instrumentos já existentes.

Mas, o mais grave será, isso sim, concluir-se que, também, falta a vontade política.

Não se trata de pretender dar a ideia de que se apresenta fácil implementar uma estratégia de internacionalização da economia portuguesa.

É sabido tratar-se de um desafio difícil de enfrentar.

Trata-se, isso sim, de se considerar que, sem vontade política, de desafio difícil passará, inexoravelmente, a desafio impossível.

Bibliografia

- FITZROY, P- "Strategic Management", John Wiley & Sons, West Sussex, 2005;
- ROSS; WESTERFIELD; JAFFE - " Engenharia Financeira ", Prefácio - Edições de Livros e Revistas, Lda, 2001;
- SOUSA, António Rebelo de - " Razão e Valor da Internacionalização no Mundo Contemporâneo", in "Internacionalização e Tributação", Coord. PIRES; Manuel, PIRES, Rita Calçada, Coleção Ensaios, Univ. Lusíada Editora, 2012, págs. 19 a 26;
- "Indicadores de Conjuntura" - Banco de Portugal, Setembro de 2012;
- "Comércio Internacional Português", Espírito Santo Research, Agosto de 2012.